

[0000146-35.2010.5.03.0017 RO](#)

Data de Publicação: 17-08-2010
Órgão Julgador: Decima Turma
Tema: COISA JULGADA - AÇÃO COLETIVA / INDIVIDUAL
Relator: Márcio Flávio Salem Vidigal
Revisor: Deoclecia Amorelli Dias

EMENTA: COISA JULGADA. AÇÃO INDIVIDUAL X AÇÃO COLETIVA. A regra aplicada às tradicionais ações individuais, de que a sentença faz coisa julgada somente entre as partes, não beneficiando ou prejudicando terceiros (artigo 472/CPC) não é aplicada às ações coletivas, cujas exigências e peculiaridades inerentes aos direitos metaindividuais clamam outro tratamento. Por isso, a sentença proferida nas ações coletivas projeta seus efeitos em relação a todos, com algumas especificidades. A matéria é disciplinada pelo artigo 103 do CDC. Especificamente quanto às ações coletivas manejadas na defesa de direitos ou interesses individuais homogêneos, a coisa julgada tem efeito erga omnes apenas para o caso da procedência do pedido (art. 103, inciso III, do CDC). É o que a doutrina intitula de efeitos da coisa julgada in utilibus, transportando-se para a relação individual o resultado positivo do processo, beneficiando todos os reclamantes (art. 97 do CDC). Na hipótese da improcedência do pedido, que é o caso da ação civil pública mencionada nestes autos, os titulares do direito que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão regularmente propor ação individualmente (art. 103, § 2º, do CDC). Trata-se da coisa julgada *secundum eventum*.

[0000662-61.2010.5.03.0112 RO](#)

Data de publicação: 11-10-2010

5ª Turma, rel. juiz convocado Maurílio Brasil

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. EFEITO ERGA OMNES. Pelo disposto no art. 16 da Lei n.7.347/85, a sentença **civil** faz coisa julgada *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de prova, podendo qualquer legitimado intentar **ação** com idêntico fundamento, na esfera individual, valendo-se de nova prova. Cada caso deve ser examinado, considerando-se as suas particularidades, a fim de se evitarem a precarização do trabalho e as distorções eventualmente ocasionadas, pois os efeitos da coisa julgada não prejudicarão as ações de indenização por danos pessoalmente sofridos, individualmente proposta.